

Inserção da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação: a experiência da UFRJ

Ana Inês Sousa
anaines@pr5.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a discussão sobre a inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação começou em 2006 com a realização de um Seminário organizado pelas três Pró-Reitorias acadêmicas. No entanto, apesar de o evento ter gerado um documento final, ele não se desdobrou em ações concretas. Somente em 2011, quando o Pró-reitor de Extensão Pablo Benetti assumiu ele definiu que essa inclusão seria um dos principais objetivos da gestão dele e assim foi feito.

Inicialmente fizemos um diagnóstico da situação dos currículos da UFRJ objetivando identificar quais já creditavam a extensão e de que forma creditavam. O resultado foi que alguns cursos já creditavam, seja por meio das atividades complementares, pela atuação dos estudantes em programas e projetos de extensão e, ainda, por meio de disciplinas de extensão. No entanto, nenhum atingia o percentual de 10%. Esse resultado foi amplamente discutido em várias reuniões e eventos, chegando a proposição de uma resolução interna para normatizar o previsto no Plano Nacional de Educação. A minuta de resolução foi construída coletivamente com os coordenadores de extensão das Unidades e Centros da UFRJ e encaminhada para o nosso Conselho de Graduação (CEG) em dezembro de 2012. Após discussão, o conselho de graduação aprovou, em junho de 2013, a Resolução CEG 02/2013, que normatiza a obrigatoriedade de que no mínimo, 10% do total da carga horária dos currículos dos cursos de graduação seja para a atuação do estudante em ações de extensão.

A partir dessa aprovação, nós começamos uma discussão nas Unidades Acadêmicas, junto aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) dos cursos, para pensar como fazer essa inclusão, tendo sempre como princípio básico não aumentar a carga horária total do curso. A discussão teve que ser com cada curso porque cada um tem as suas especificidades, suas características e

assim não há como fazer uma discussão conjunta. A realidade do que é um curso de artes é diferente de um curso de engenharia, do que é um curso da área da saúde, etc. Por isso a discussão teve que ser realmente com cada NDE, em cada Unidade Acadêmica.

Concomitantemente, em 2014, estava ocorrendo na UFRJ, uma discussão sobre a carreira docente. E, então, foi aprovado pelo Conselho Universitário, que nenhum docente poderia fazer sua progressão funcional se ele zerasse em alguma atividade acadêmica. Ou seja, ele não poderia zerar nem ensino nem pesquisa nem extensão. Essa aprovação, na verdade, ajudou o nosso trabalho em relação à resolução para creditação da extensão. Uma coisa impulsionou a outra. Inclusive já houve situações de docentes que não progrediram por conta disso, zeraram em extensão ou em pesquisa. Quando a resolução da creditação da extensão foi aprovada, em 2013, houve um prazo muito curto para se cumpri-la e por isso, em 2014, tivemos que aprovar uma prorrogação desse prazo, que passou para primeiro semestre de 2017.

A partir das discussões nas Unidades, começamos a testar vários formatos de inclusão da extensão nos currículos. Então, nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, a gente foi implementando diferentes formatos considerando as especificidades dos cursos. Então em 2018, discutíamos como inserir a extensão de uma maneira mais simples possível. A partir de uma proposta da Faculdade de Letras, chegou-se então a proposição de criar um único componente curricular.

Alguns cursos tinham 12 componentes curriculares, outros 8. Então a ideia era tentar simplificar o máximo, tanto para o curso quanto para o estudante, porque cada componente que você incluía no currículo tinha que, semestralmente, abrir turma, então dava muito mais trabalho para o curso. No entanto, ao se iniciar o processo de migração dos currículos já implementados para esse formato mais simplificado, se identificou a demanda de alguns ficarem com dois ou três componentes curriculares e assim está sendo feito.

O currículo da UFRJ tem dois componentes, a Disciplina – que tem em todos os currículos, inflexível, inicia e termina num semestre – e o Requisito Curricular Suplementar – que é um componente flexível do currículo, onde estão as atividades do currículo que acontecem fora de sala de aula, como é o caso do TCC, o estágio, a atividade complementar. Então quando discutimos como incluir a extensão na matriz curricular decidimos incluir como um Requisito Curricular Suplementar (RCS) e não como disciplina. A disciplina é inflexível e, portanto, conceitualmente, não cabe para a extensão.

Houve a necessidade de aprovarmos outras resoluções como, por exemplo, para atender uma demanda de alguns cursos que apresentaram em 2014 a solicitação de criar disciplinas mistas teórico-extensão. A disciplina mista tem um percentual de carga horária destinado ao conteúdo teórico e um percentual para atuação dos estudantes em ações de extensão. Só que

essa parte das horas para extensão tem que ser em uma ação que trabalhe com o mesmo conteúdo ministrado na parte teórica. Isso foi uma demanda de poucos cursos e foi aprovada pelo nosso Conselho de Graduação como uma possibilidade de completar - não é que o curso vá ter um currículo inteiro de disciplina mista, mas pode também ter num percentual pequeno em relação ao total de horas da extensão. Além disso, não tínhamos uma definição em relação a quantas horas equivaleria um crédito de extensão. Então foi aprovado, em 2018, que 15 horas equivaleriam a um crédito de extensão.

A primeira experiência, construída conjuntamente pelas Pró-Reitorias de Graduação e a de Extensão, foi a criação do que chamamos “Grupo Extensão” na matriz e vinculados a este vinham vários Requisitos Curriculares Suplementares (RCS) denominados como programas e projetos, cursos de extensão e eventos. Isso foi implementado em 2013, 2014 e 2015 Houve cursos que ficaram com 12 componentes (4 de programas de projetos, 4 de cursos e 4 de eventos), como o curso de pedagogia.

Além disso, o nosso Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA) – sistema da UFRJ utilizado pela graduação - teve que ser adequado para viabilizar a creditação da extensão, pois a extensão não aparecia nem na matriz curricular nem no histórico escolar do estudante. A equipe do SIGA propôs a inclusão da letra **Z** no código do RCS de Extensão (RCS-EXT), pra identificar que é da extensão e diferenciar, por exemplo, do estágio e do TCC. Na matriz foi incluída uma coluna para visualizar as horas de extensão pois antes só tinha duas colunas: horas teóricas e horas práticas. No histórico escolar do estudante foi inserido o nome da ação de extensão, o nome do coordenador e o número de horas que ele atuou no semestre. Ou seja, tivemos que fazer várias alterações no sistema da graduação para inserir a extensão.

Na prática, o aluno matriculado no RCS-EXT cumpre as horas atuando em uma ação de extensão que ele escolhe pelo sistema. No módulo extensão criado no SIGA o aluno visualiza as ações de extensão que estão ativas e faz sua busca para identificar qual deseja atuar. Após escolher ele envia um requerimento, via sistema, para o coordenador solicitando sua inscrição e aguarda o retorno do coordenador, também pelo sistema. Ou seja, todo o processo de inscrição é pelo sistema.

Esse componente curricular, que a gente chamou de RCS-EXT, tem o nome de Atividade Curricular de Extensão, que a sigla é ACE, é para todos os cursos e equivale aos 10% do total da carga horária do curso. Então, se o curso tem 4 mil horas, 400h serão destinadas a extensão. A inscrição no ACE é automática no primeiro semestre do curso e realizada pela secretaria acadêmica do curso, ficando aberta durante todo o período do curso. A partir do momento em que o aluno vai atuando em ações de extensão em cada semestre, isso vai sendo lançado no seu

boletim de orientação acadêmica (BOA) e lá ele visualiza quantas horas precisa cumprir, quantas cumpriu e quantas ainda faltam. Ele mesmo faz o acompanhamento desse processo ao longo do curso.

A ementa da ACE é genérica, não consta o nome da ação de extensão, porque ele pode inscrever qualquer ação da UFRJ. **Atuação** em atividades de extensão registradas na Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ, como programas, projetos, cursos de extensão e eventos, coordenados por docentes do quadro permanente ou técnicos da carreira de nível superior na UFRJ. Para eventos a atuação deverá ser na organização ou na realização do evento. Para cursos a atuação deve ser na organização ou desenvolvendo atividades de ensino. A palavra-chave na ementa é atuação, conto como horas de extensão quando o aluno atua numa ação de extensão.

Nessa ementa tem uma diferença em relação a eventos e cursos. Para contar como horas de extensão em eventos o aluno tem que estar organizando o evento, tem que ser o monitor do evento. Quando ele participa do evento como ouvinte, conta, para ele, horas de atividades complementares. Ou seja, quando atua no evento, conta como horas de extensão e quando participa como horas de atividades complementares. A mesma coisa para cursos de extensão, quando ele organiza ou ministra aulas nos cursos, conta para ele como horas de extensão. Quando ele só assiste a cursos, conta como horas de atividades complementares. Então, essa ementa genérica todos os cursos implementaram porque ela não diz qual é o nome da ação de extensão. A extensão é muito dinâmica e a cada semestre novas ações são registradas.

A UFRJ está desde 2013 implementando esse processo nos currículos, em diversos formatos conforme já expliquei. Há cursos que implementaram 12 componentes, cursos que implementaram 8, 5, 4 e alguma disciplina mista. Atualmente todos os currículos que já implementaram começaram a migrar para um formato mais simplificado – a ideia é que se tenha 1, 2 ou no máximo 3 componentes. Tem cursos que nem tem disciplinas mistas - são poucos, no total, que têm disciplinas mistas na UFRJ.

Então, a gente está nesse processo de migração. Estamos, também, elaborando uma resolução conjunta dos dois conselhos (de extensão e de graduação), para fazer a adequação a Resolução do CNE, que foi publicada em dezembro de 2018, temos que adequar o que temos às mudanças, por isso estamos nesse processo de construir a resolução, a ideia é aprovar ainda nesse semestre.

Em 2015 elaboramos um guia de creditação para orientar os professores, técnicos e estudantes sobre o processo de inclusão da extensão. Como é de 2015 já está um pouco defasado e estamos atualizando, porque muita coisa mudou de lá pra cá, a extensão é muito dinâmica.

Esse processo todo exige várias mudanças tanto das pró-reitorias de graduação e de extensão como também de toda a Universidade. A primeira é em relação ao sistema de registro de ações de extensão. Como só credita para o aluno ações registradas, todas as que a universidade desenvolve registradas na Pró-reitoria de Extensão e serem avaliadas, pois os alunos também serão avaliados. O sistema da graduação, por sua vez, teve que se adaptar a isso tudo porque não tinha no histórico nem na matriz curricular as informações relativas à extensão. Teve toda uma mudança no sistema para receber esses conteúdos da extensão. Além disso, as resoluções internas tem que ser adequadas, como por exemplo, o regulamento da extensão tem que ser adequadas a essa nova realidade. A extensão, anteriormente, estava nas atividades complementares, então tem que se alterar a norma interna sobre atividades complementares. Com relação à carreira docente, é necessário também adequar a resolução que normatiza a progressão docente.

Há toda uma mudança de cultura que precisa ser trabalhada internamente na universidade. Por exemplo, na UFRJ, quando se ia fazer uma reserva de carro no setor de transporte, a prioridade número um sempre foi para atividades de campo da graduação, então, se você ia solicitar um carro para fazer extensão, você ficava na fila e, somente depois de todas as atividades de campo da graduação serem atendidas, o seu pedido seria atendido. Com essa mudança, agora a extensão está integrada ao currículo da graduação e, portanto, passou a compor essa prioridade número um. Enfim é toda uma mudança de cultura interna que precisa acontecer.

Em termos de resultado, nós já estamos, desde o ano passado, com as primeiras turmas se formando nesse currículo ajustado com extensão. Temos algumas avaliações, ainda preliminares. Por exemplo, o curso de psicologia fez uma avaliação preliminar da sua primeira turma que se formou e constatou um maior envolvimento com o curso e seu percurso pedagógico, maior interesse pela profissão e pelas perspectivas de ação na sociedade, resultando em impacto nos indicadores de evasão e de retenção e melhoria no coeficiente de rendimento acadêmico do aluno.

O curso de psicologia era um curso que tinha bastante evasão na UFRJ. Esses são indicadores importantes, influenciados por vários fatores que não somente a atuação em ações de extensão, mas eram resultados que não estávamos buscando, em termos de extensão, e encontramos. A ideia, agora, é fazer uma avaliação mais sistematizada para poder acompanhar esse processo junto aos cursos e estudantes, pois esses são indicadores importantíssimos para a universidade. Em relação aos docentes e técnicos, temos um reconhecimento maior, tanto para docentes quanto para técnicos que fazem extensão. Conforme falei anteriormente, temos uma

resolução da carreira docente, na qual ele não pode zerar em nenhum dos grupos da área acadêmica, ou seja, ele não pode progredir se zerar em ensino, pesquisa ou extensão.

Nós temos, também, uma comissão que faz as alocações dos vários docentes para os departamentos, a COTAV. Essa comissão já considera, hoje, como um dos critérios, se a unidade acadêmica faz ou não extensão, bem como sua produção de extensão.

Com relação à carreira do técnico estamos discutindo com a Pró-Reitoria de Pessoal o reconhecimento da extensão na progressão da carreira do técnico-administrativo.

No que tange a articulação com a pós-graduação, desde 2007, a CAPES inseriu o quesito inserção social na avaliação dos cursos de pós-graduação e os programas estão colocando, nesse quesito, as ações de extensão que eles fazem integradas com a graduação.

Os pontos convergentes que destaco em relação à pós-graduação e à extensão são 3 dos quesitos que os programas são avaliados: a) a inserção social; b) a internacionalização e; c) a inovação. Esses três podemos trabalhar em conjunto com a pós-graduação pois haverá um benefício mútuo, visto que são quesitos que pontuam. No caso da inserção social tem um peso fixo de 10% na avaliação dos mestrados acadêmicos e dos doutorados. Então temos que pensar em como trabalhar isso juntos.

Quanto aos desafios, foram muitos anos de trabalho, muitos desafios, uma universidade grande, tradicional, faremos 100 anos em 2020, então algumas coisas são bem difíceis de mudar nas pessoas. Como Sandra (de Deus) falou, muitas vezes as pessoas se apegam às disciplinas, então é necessário que haja uma discussão aberta na universidade, que pense o currículo, no sentido de que tipo de currículo e que tipo de aluno se quer formar. A questão é por aí, não é de apego à minha disciplina ou ao meu conteúdo. Na UFRJ, não foi fácil, teve muita reunião, muita discussão, e ainda temos hoje, e sempre pensando que não se pode aumentar o número total de horas do curso, ou seja, desse currículo existente hoje, quais horas eu posso passar para a extensão? Outro desafio é a questão da divulgação: como os nossos alunos terem acesso a todas as ações de extensão existentes na UFRJ, uma universidade que tem mais de 50 mil alunos, ou seja, é importante pensar em maneiras de fazer essa informação chegar ao aluno. Em 2013 fizemos um folder, colocamos no site da Pró-Reitoria, criamos o Mapa da Extensão, elaborado por dois alunos nossos, mapeando onde estão as ações de extensão acontecem no estado do Rio de Janeiro. Mas, por fim, a ação mais eficaz foi a criação do módulo da extensão dentro do sistema da graduação, o SIGA. É nesse sistema que o aluno ao acessar o portal do aluno acompanha toda a sua vida escolar, ou seja, faz matrícula, se inscreve nas ações de extensão, visualiza seu histórico escolar e boletim de orientação acadêmica, no qual consta o cumprimento das horas de extensão, etc..

Com relação a orçamento, nós começamos, de fato, a implementar esse processo em 2013, um momento em que a situação financeira já estava muito difícil nas universidades federais e, de lá pra cá, apenas piorou. Foram dois processos sem novo aporte de recursos, tivemos que realizar discussões internas muito grandes sobre modificar culturas para conseguir fazer a extensão com os recursos já existentes. O que faz com que a questão financeira também se torne um desafio.

Obrigada.

Sobre a autora:

Ana Inês Sousa

Professora Titular do Departamento de Enfermagem da Saúde Pública e Assessora Especial da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro